

Foro especial é inconstitucional, diz Promotoria.

Um grupo nomeado pela Procuradoria Geral de Justiça de Minas considerou "inconstitucionais" emendas dos deputados mineiros a um projeto de lei que limitaram as ações do Ministério Público.

Segundo a entidade, as emendas "ferem gravemente a ordem jurídica nacional e os princípios organizacionais do Ministério Público brasileiro".

Na semana passada, os deputados (exceto os do PT e PC do B) aprovaram as emendas e criaram para 1.981 autoridades, como secretários de Estado e os próprios parlamentares, o privilégio de só serem denunciados pelo procurador-geral de Justiça. O projeto agora vai para sanção do governador Aécio Neves (PSDB), que tem 15 dias úteis para decidir.

Fonte: Folha de São Paulo, 17/07/2007.

Ex-dirigente da Receita é alvo de ação do Ministério Público

O Ministério Público Federal entrou com ação contra o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel por improbidade administrativa. No texto, Everardo é acusado de ter violado "os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade" devidos ao órgão que dirigiu até dezembro de 2002.

Os procuradores Lauro Cardoso e Valquíria Quixadá, autores da ação, afirmam que Everardo permitiu de modo consciente que Sandro Martins Silva e Paulo Baltazar Carneiro, integrantes da alta cúpula da Receita em sua gestão, atuassem no setor privado contra o fisco, o que é proibido pela lei.

A ação foi proposta na semana passada. Os acusados têm direito a defesa prévia. Somente após a análise de sua defesa é que o juiz encarregado do caso decidirá se acolhe ou não a ação. Ou seja, se os acusados serão ou não processados.

Fonte: Folha de São Paulo, 17/07/2007.

Novas aquisições:

Anuário da Justiça, agosto 2007: publicação produzida pela equipe do site *Consultor Jurídico* (www.conjur.com.br) em parceria com a *Faap*. Pode ser lida como um manual, um guia ou a bula do Judiciário brasileiro e de seus principais protagonistas. Descreve, em linguagem clara e didática, como os órgãos da cúpula da Justiça se posicionam em relação aos grandes temas nacionais. Mostra como é o placar de cada um dos julgamentos que envolvem fisco X contribuinte, consumidor X empresa, poder público X setor privado, etc. Informa as tendências de cada um dos 66 ministros do STF, STJ, TST e TSE. O objetivo do trabalho é melhorar a previsibilidade das decisões judiciais. Aumenta a segurança jurídica e ajudar as empresas e cidadãos a atender melhor como funciona o sistema judicial brasileiro.

Democracia Viva, nº 35, junho 2007: publicação trimestral traz entrevista com Irineu Guimarães (liderança tradicional na favela do Jacarezinho, RJ); matérias sobre os Movimentos sociais na América Latina; Especial Pan 2007; e na seção de Cultura, A Favela que só a Favela conhece.

Revista do Advogado, nº 92, julho 2007: Processo Civil em reforma.

Carta Capital, nº453, julho 2007: O Governo omite-se. O Ministério da Justiça cede à pressão das emissoras e abranda regras da classificação indicativa.